



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.508, DE 2025

(Do Sr. Jonas Donizette)

Altera o art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer a impenhorabilidade do benefício previdenciário de auxílio-doença recebido pelo devedor.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-5320/2019.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. JONAS DONIZETTE)

Altera o art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer a impenhorabilidade do benefício previdenciário de auxílio-doença recebido pelo devedor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer a impenhorabilidade do benefício previdenciário de auxílio-doença recebido pelo devedor.

Art. 2º O inciso IV do art. 833 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 833.

.....

IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios, os montepios, os benefícios previdenciários derivados de doença, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º;

.....” (NR).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem como objetivo alterar o artigo 833 do Código de Processo Civil, para vedar expressamente a penhora do benefício previdenciário de auxílio-doença.

O auxílio-doença possui natureza alimentar e substitutiva da remuneração do trabalho. É destinado a assegurar a subsistência do segurado afastado de sua atividade laboral por motivo de incapacidade temporária. Ainda assim, decisões judiciais têm determinado o bloqueio, parcial ou total, desse benefício em execuções de dívida.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é clara quanto à proteção desse benefício. No Recurso Especial nº 1.694.261/MG, a 4ª Turma reafirmou que a penhora do auxílio-doença viola o princípio da dignidade da pessoa humana.

Apesar desse entendimento consolidado, a ausência de previsão expressa na legislação tem levado à aplicação indevida de constrições que atingem o mínimo existencial do devedor.

O presente Projeto de Lei visa conferir clareza normativa e prevenir interpretações equivocadas, ao estabelecer de forma objetiva que o auxílio-doença é impenhorável, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 833 do CPC

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado JONAS DONIZETTE

2025-2508





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201503-16:13105
--	---

FIM DO DOCUMENTO
